

Análise de rede:

25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher

Fabiana de Oliveira Benedito¹

Introdução

No dia 25 de novembro de 1960, as irmãs Mirabal - Minerva, Patria e Maria Teresa - foram assassinadas pela ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana. Os corpos das mulheres, que ficaram conhecidas como *Las Mariposas*, foram encontrados no interior de um jipe, no fundo de um barranco. A história de resistência dessas lutadoras é o que dá origem à celebração do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, no dia 25 de novembro de cada ano.



Figura 1: Irmãs Mirabal, também conhecidas como "Las Mariposas"

A data foi instituída em 1981, durante o primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia. Nesse encontro, as mulheres latino-americanas denunciaram não somente a violência sexista que sofriam no ambiente doméstico, mas também a violação de direitos que sofriam por parte dos Estados, como as perseguições

¹Fabiana de Oliveira Benedito é militante da Marcha Mundial das Mulheres, faz parte do Coletivo de Comunicadoras da MMM e é mestranda do programa de Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Unicamp.

políticas que resultaram nas mortes das irmãs Mirabal. Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a data como sendo o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem a elas.

Em diversos estados do Brasil, as manifestações de 2019 do dia 25 de novembro se utilizaram do mote “Basta de violência contra a mulheres, basta de Bolsonaro” para denunciar os retrocessos impostos pelo atual governo no que diz respeito à vida das mulheres, seja no combate à violência doméstica, seja no acesso à direitos como saúde, educação, emprego e moradia.

Em diferentes partes do país, militantes de coletivos, organizações, partidos de esquerda, movimentos sociais e também autônomas saíram às ruas para denunciar a precarização da vida - e conseqüente aumento da violência contra as mulheres - promovida pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL). “Se queremos uma vida livre de violência, precisamos de uma vida livre de Bolsonaro!”, dizia o chamado para o ato de São Paulo (SP).



Figura 2: Chamado para o ato coletivo da capital paulistana

Nessa análise, pretendo refletir sobre como a data reverberou no *Twitter*, a partir da captura de *tweets* com termos e *hashtags* associados ao tema da violência contra a mulher. Me interessa, especialmente, compreender de que forma o atual governo, institucionalmente, tem abordado a questão da violência contra as mulheres, e também de que maneira a direita

tem se apropriado do debate. Fazer essa observação a partir do *Twitter* é importante, já que ele é utilizado como meio de propaganda e definição de agenda do governo.

Considerações sobre a coleta

A análise teve como foco a rede digital *Twitter*. A captura² de dados foi realizada através de *software* que buscou *tweets* que mencionassem palavras-chave previamente escolhidas, que de algum modo se relacionam com o tema da violência contra as mulheres e com os discursos recorrentes sobre a questão. Para essa busca, foram destacados 32 termos. No dia 25 de novembro de 2019, a coleta foi realizada durante doze horas.

São esses os termos: 1) mulher, 2) mulheres, 3) feminismo, 4) feminista, 5) feministas, 6) feminicídio, 7) Maria da Penha, 8) violência doméstica, 9) violência contra a mulher, 10) violência de gênero, 11) violência contra as mulheres, 12) violência machista, 13) violência sexista, 14) patriarcal, 15) patriarcado, 16) empoderamento, 17) empoderada, 18) empoderadas, 19) 25 de novembro, 20) 16 dias de ativismo, 21) Marcha Mundial das Mulheres, 22) negra, 23) negras, 24) misoginia, 25) feminazi, 26) vitimismo, 27) vitimista, 28) vitimistas, 29) fazer de vítima, 30) faz de vítima, 31) fazem de vítima 32) Damares Alves.



Figura 3: Nuvem de palavras gerada automaticamente no dia 20 de novembro



Figura 5: Nuvem de palavras gerada automaticamente no dia 20 de novembro



Figura 4: Nuvem de palavras gerada automaticamente no dia 21 de novembro

² Agradecemos ao Tiago F. Pimentel e ao Arles pela colaboração e dedicação nessa tarefa.

Para ambientação com o tema, a captura teve início no dia 19 de novembro. Desde então, foram mapeados: os principais usuários em frequência, aqueles que mais usaram um ou mais dos termos pesquisados; as principais *hashtags* que acompanharam as palavras-chave; os usuários mais *retweetados* que abordaram a questão; os termos genéricos (que não são *hashtags*) associados aos termos pesquisados; os principais *links* compartilhados (sejam de *tweets* ou de *sites* externos); os usuários que, no período analisado, usaram pelo menos uma vez as palavras-chave; e os *tweets* brutos. Ao todo, foram 315387 *tweets* com as palavras-chave. Por razões éticas, esta análise irá suprimir a identificação de usuários que não forem figuras públicas.

A institucionalização do feminismo e o debate sobre violência

Desde a década de 1990, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher (chamado de Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher pela ONU) faz parte dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, uma campanha anual e internacional, criada pelas Nações Unidas, que começa justamente no dia 25 de novembro e termina no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a campanha é maior e tem início no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Como parte dessa agenda institucional, a data compõe de um conjunto de iniciativas de combate à violência que, embora sejam inegavelmente importantes, nem sempre apontam para o caráter sistêmico do problema, apresentando análises incompletas sobre as raízes da violência sexista. Como afirma a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), desde os anos 1990, “Houve um deslocamento de um debate mais geral sobre transformação social para um debate focado apenas no campo da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas” (SOF, 2015, p.14).

A violência contra as mulheres é estrutural e é inerente aos sistemas patriarcal e capitalista. Ela é utilizada como ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições patriarcais e Estados. Apesar de afetar às mulheres como grupo social, cada violência tem um contexto específico e é preciso compreender como, quando e por que ocorre a violência contra as mulheres (Idem, p.52).

Ao interpretar o acirramento da violência sexista apenas como consequência da

ausência de políticas públicas, oculta-se que ela é parte constituinte do sistema capitalista e patriarcal, e que seu recrudescimento tem ligação direta com o avanço do neoliberalismo. Não há política pública de fato eficiente no Estado Mínimo. Tal qual na década de 1990, contexto de contrarreformas neoliberais mundo afora, hoje o mercado organiza a vida das mulheres, a partir da manutenção da superexploração do trabalho e do avanço do conservadorismo (Idem, p.15).

A análise das *hashtags* mais utilizadas para acompanhar o uso dos termos selecionados para essa análise podem apontar para essa fragmentação do debate. Entre as 20 *tags* mais usadas, em segundo lugar está a marca #vctemvoz, que caracteriza uma campanha publicitária lançada pelo governo federal “Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – 2019”, inaugurada no dia 25 de novembro, justamente, em solenidade que contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, da primeira-dama Michelle Bolsonaro e da ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves.



Figura 6: Folder da campanha #vctemvoz, lançada pelo governo federal

Em quinto lugar está a *tag* #elanãopediu, proposta pelo portal Catraca Livre, com o objetivo de “(...) desmistificar frases reproduzidas pela sociedade, mas que são prejudiciais às próprias vítimas”, como consta no *site*. Em nono lugar, figura a *hashtag* #SomosTodosDamares, em apoio à Ministra que, no dia 25 de novembro de 2019, convocou

uma coletiva de imprensa para falar da campanha publicitária do ministério que representa e ficou calada. Em seguida, ela justificou a *performance* dizendo que queria demonstrar o quanto o silêncio é difícil e como é prejudicial retirar a voz das mulheres.

Além dessas, as *tags* #ligue180, que faz propaganda da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, e a marca #16dias, em referência à campanha ONU, também estiveram entre as mais utilizadas na data. Também é possível perceber uma investida das instituições sobre o tema partir de quais usuários e usuárias mais utilizaram os termos selecionados na data. Nessa lista, em décimo lugar está o usuário @secomvc, canal da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

Entre os usuários e usuárias que mais receberam compartilhamentos utilizando algum ou alguns dos termos selecionados, também há uma predominância de representantes de instâncias do governo. Mais que isso, do projeto de governo de Jair Bolsonaro. Entre os 20 primeiros nomes dessa lista, há novamente Damares Alves, o ministro da Justiça Sérgio Moro (@SF_Moro) e a @secomvc. No ranking, a única figura pública de oposição é a deputada federal Sâmia Bomfim (@samiabomfim). Embora seja um dos mais retuitados, Moro fez um único post sobre o assunto. Bolsonaro não chegou sequer a mencionar a data.



Figura 7: Menção do ministro Sérgio Moro ao tema

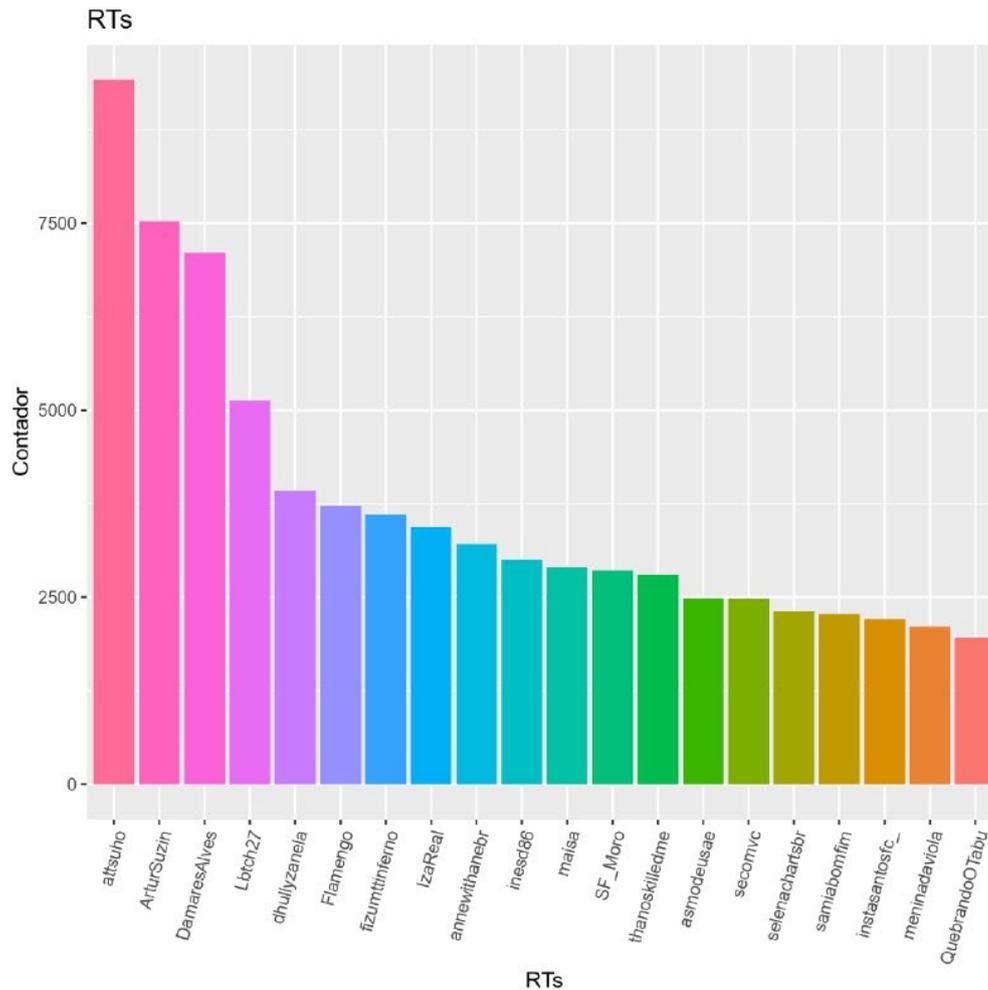


Figura 8: Gráfico de figuras que tiveram tweets mais compartilhados mencionando os temas

O quadro brasileiro

A investida do governo federal em publicidade em relação à violência contra as mulheres demonstra não somente a disputa de projeto político, inclusive de narrativa, sobre a temática. Também compõe uma série de esforços que tentam normalizar o desmonte da estrutura do Estado no Brasil e forjam a violência contra as mulheres como algo meramente comportamental, um caso de polícia, e não um problema estrutural.

Essa tentativa é especialmente paradoxal considerando o discurso de ódio, inclusive em relação às mulheres, que faz parte da agenda do atual governo. Mais que isso, os cortes de direitos e reformas que precarizam a vida, sobretudo das mulheres, é uma dimensão

completamente ocultada dessa visão que pretende mascarar as raízes da violência de gênero.

Ocultada ainda o desmonte das políticas específicas. Logo após o golpe de 2016, Michel Temer retirou o status de ministério da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), que perdeu recursos, autonomia e eficiência. O mesmo aconteceu com as Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da dos Direitos Humanos.

Além disso, o governo ilegítimo de Michel Temer também foi responsável pelo congelamento do teto de gastos, por 20 anos, sob a justificativa de ajuste fiscal. Na prática, isso significa a total precarização dos serviços públicos no Brasil e a abertura de caminhos para a insistência nas privatizações. Esse quadro, somado às aprovações da Reforma Trabalhista, e mais recentemente, da Reforma da Previdência, já na gestão de Jair Bolsonaro, desenha um cenário de completo desamparo estatal para a população, afetando sobretudo as mulheres.

As estatísticas demonstram isso: a violência contra as mulheres tem crescido anualmente no Brasil. O Atlas da Violência 2019, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstrou que a morte violenta intencional de mulheres no ambiente doméstico cresceu 17% em cinco anos. A arma de fogo foi o principal método usado para cometer esses assassinatos.

Na primeira quinzena de 2019, Bolsonaro assinou um decreto que flexibiliza o porte de armas no Brasil. A iniciativa, de acordo com seus interlocutores, seria uma resposta à crise da segurança pública vivenciada no país e estaria em consonância com os anseios da maior parte população. Na coleta de dados realizada no *Twitter* no dia 25 de novembro, o termo “armas” não apareceu. Entretanto, nos dados coletados a partir do dia 19 de novembro, “armas” esteve entre as 20 *hashtags* que acompanharam os *tweets* sobre a questão da violência contra as mulheres.

Isso pode indicar que o debate sobre a militarização da vida, corpos e territórios não está em alta no Brasil atualmente, embora a militarização caminhe a passos largos em toda a América Latina, onde vivemos um avanço do neoliberalismo como uma resposta violenta a um período de avanços progressistas e ampliação de direitos sociais, vivenciado a partir do início do século XXI.

Trata-se de um período em que se agudiza a contradição entre o processo de acumulação de capital e o de sustentabilidade da vida, ou o “conflito do capital contra a vida”, como nomeia a economista Amaia Pérez Orozco. É nesta circunstância que a militarização emerge como a única solução possível para os conflitos que são próprios de contextos marcados por desigualdades. É aí, também, que as grandes corporações avançam ainda mais sobre os territórios.

Em Campinas, que recentemente foi palco de uma chacina feminicida e que ostenta uma taxa de assassinatos de mulheres maior do que a média do estado de São Paulo - de acordo com pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) -, as mulheres do movimento feminista pautaram esse como um tema central no dia 25 de novembro. No *Twitter*, termos como “assassinada” constam entre os citados junto das palavras-chave apresentadas aqui.

O protagonismo de Damares Alves

Ainda em dezembro de 2018, quando o governo Bolsonaro não havia sido empossado, a ventilação do nome da pastora Damares Alves, do Paraná, para o cargo de Ministra das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos foi alvo de intenso debate. A pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular, conhecida por ser uma militante anti aborto, tem sido uma fiel representante da agenda conservadora do atual governo.

Longe de ser personagem de uma suposta “cortina de fumaça” que desloca a atenção das massas para assuntos sem relevância social, a atuação de figuras como Damares tem sido a base de sustentação do projeto político de Jair Bolsonaro. Há anos, o feminismo se tornou um assunto público. Há, cada vez mais, uma disputa em torno das narrativas sobre as desigualdades que estruturam as vidas de mulheres e homens. O investimento em representantes como Damares Alves, que apresentam uma agenda claramente anti-mulher, faz parte dos esforços de hegemonizar essas discussões a partir das visões da direita. Essa tentativa de protagonismo funcionou no dia 25 de novembro.

Embora seja especulativo, é possível sugerir que a *performance* de Damares no dia 25 de novembro seja uma estratégia midiática, que dialoga com a dinâmica de repercussão nas

redes e orienta essa disputa sobre as pautas feministas, tal qual é o combate à violência contra a mulher. Em uma análise semântica³ realizada pelo portal Gênero e Número, Damares foi apontada como um perfil que mobiliza muito o discurso de proteção à família, sobretudo das crianças. Dentro do grupo que compõe o núcleo duro ideológico do governo, Damares é uma das que mais cita o termo “mulheres”, figurando, na ocasião da coleta do portal, atrás apenas de Janaína Paschoal (PSL).

América Latina

É interessante notar como alguns temas atravessam territórios da América Latina. O feminicídio é justamente um deles. Desde 2015, a campanha nomeada de *Ni Una Menos* na Argentina ganhou popularidade pelo mundo todo, inclusive no Brasil, como resposta ao número de mulheres mortas em razão de serem mulheres. O tema é recorrente no debate público nacional, já que o Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* mundial de país com maior taxa de feminicídio.

Embora o tema do aborto não tenha aparecido com força no dia 25 de novembro, esse é um tema central na disputa das temáticas relacionadas às mulheres e ao feminismo no Brasil. Desde que as argentinas encheram as ruas com seus panos verdes, em 2018, reivindicando “*educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir*”, a luta que nunca cessou, para que as mulheres tenham autonomia sobre os seus corpos, segue viva em todo o continente.

O caso chileno

Uma análise de 300 *tweets* que mencionam os termos pré-selecionados para essa análise mostraram a recorrência do tema da conjuntura política do Chile. Em outubro, multidões tomaram as ruas do país protestando contra a precarização da vida e a política neoliberal. No dia 19 de outubro, o presidente Sebastián Piñera decretou estado de emergência. A partir de então, as denúncias de abuso policial, que já vinham aparecendo, explodiram. No final do mês, haviam sido formalizadas ao menos 18 denúncias de violência

3 O Reino Sagrado da Desinformação. Disponível em: <<http://www.reinodadesinformacao.com.br/>>

sexual contra mulheres praticadas por agentes do governo. Em dezembro, os dados foram atualizados e já somavam-se 106 denúncias desse tipo.

Um dos *tweets* que aparecem sobre o tema diz: ‘No Chile mulheres são levadas pelos próprios agentes do governo e nunca mais são encontradas. “Desaparecem”. E o governo ainda fez um documento protegendo esses indivíduos: “agentes não serão presos ou julgados”. Piñera deu carta verde a violência, morte e estupro. ONU: não vejo”’.

As mulheres denunciaram violência sexual, uso de força excessiva e humilhações. De acordo com dados do Instituto Nacional dos Direitos Humanos (INDH), até o final de outubro, as mulheres eram 656 entre as 4.271 pessoas detidas no país em decorrência das manifestações. O movimento feminista local aponta que esse modo de operação da polícia e das Forças Armadas é um resquício da ditadura de Augusto Pinochet⁴.

A performance *Un violador en tu camino*, apresentada pela primeira vez no Chile no dia 25 de novembro por iniciativa do grupo artístico *Las Tesis* e que hoje roda o mundo, fala justamente da violência sexual praticada pelo Estado e faz referência a um antigo *slogan* de Carabineros do Chile, *Un amigo en tu camino*, que foi utilizado durante toda a década de 1990 para tentar “aproximar” a população, que rejeitava tais instituições após o fim da ditadura pinochetista.

Conclusões

Por meio da análise dos dados do *Twitter*, é possível apontar para uma investida da base ideológica bolsonarista - declaradamente ultradireitista, representada sobretudo por Damares Alves - em disputar a pauta da violência contra as mulheres e, de modo geral, uma visão sobre as mulheres, a partir de uma ocultação da agenda anti-mulher do governo Bolsonaro, reforço de princípios conservadores e fundamentalistas e questionamento do feminismo.

A despolitização do tema da violência no contexto internacional, promovida inclusive por organizações multilaterais, centra atenções em políticas públicas e fórmulas prontas que

⁴ Com informações da Gênero e Número. “Mulheres denunciam espancamentos, humilhações e ameaças de estupro durante protestos no Chile”. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-denunciam-espancamentos-humilhacoes-e-ameacas-de-estupro-durante-protestos-no-chile/>>.

ignoram a dimensão sistêmica da violência sexista e sua intrínseca relação com o sistema econômico hegemônico. Desse modo, esse governo se apropria de tais narrativas e demonstra que tais propostas podem ser somente uma maquiagem lilás no que diz respeito ao combate às desigualdades que estruturam a vida de mulheres e homens.

Apesar disso, por meio da repercussão do caso chileno, pode-se notar que há outras visões sobre o tema, que denunciam, tal qual proposto no estabelecimento da data, no primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, uma conexão entre a violência que as mulheres sofrem nos espaços domésticos com a violência que as mulheres sofrem tendo por parte do Estado.

Também é interessante notar a variedade de temas que figuram no imaginário sobre o que é a violência contra as mulheres. Embora haja uma visão hegemônica, restrita, a disputa sobre o tema coloca o desafio da expansão dessa compreensão e, como consequência, das estratégias para combatê-las.

Referências

GÊNERO E NÚMERO. **O Reino Sagrado da Desinformação**. Disponível em: <<http://www.reinodadesinformacao.com.br/>>. Último acesso em 07 de dezembro de 2019.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Feminismo em marcha para mudar o mundo. Trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento**. São Paulo, 2015.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo, 2012.